

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

A atualidade capitalista da escravidão na virada do século XX para o século XXI: Dialogando com a geografia

Gladyson Stelio de Brito Pereira¹

Um dos objetivos desse artigo é apontar caminhos de diálogo com a geografia que possam contribuir para a discussão historiográfica sobre a escravização contemporânea a partir das discussões realizadas no curso “identidade cultural, relações espaço-poder e territorialidade” oferecido no núcleo de pós-graduação em geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) pela professora Maria Geralda de Almeida no 1º semestre de 2006. Particpei do curso para cumprir as condições necessárias à realização de meu mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Outro objetivo é propor uma caracterização mais clara das situações atuais de escravização pela análise e reflexão teórica a partir da discussão materialista dialética contemporânea acerca das transformações econômicas e sociais provocadas pelo novo impulso do processo de acumulação capitalista em fins do século XX.

A atualidade da escravidão no Brasil no século XX: Um breve resgate histórico da manutenção dos níveis de controle social sobre o trabalho.

Muitos trabalhadores submetidos à condição análoga a de escravo não se identificam como escravos e reincidem em se submeter a tal condição. Movimentos sociais e organizações da sociedade civil (na acepção de Gramsci) lutam para que as

¹ Mestrando em História pela UFF – Universidade Federal Fluminense.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

situações identificadas com a escravidão sejam severamente punidas (CPT, CUT, MST, etc) ou identificadas como relações tradicionais de trabalho ou irregularidade trabalhista (UDR, bancada ruralista, etc). A escravidão por dívida tem suscitado, portanto, polêmicas e disputas interpretativas políticas e legais. A questão da identificação se tornou um problema controverso. Pretendemos enfrentar essa controvérsia primeiramente fazendo um breve resgate histórico e depois cotejando diferentes autores que direta ou indiretamente podem ser úteis a essa discussão.

A escravidão tendo sido legalmente abolida há mais de cem anos não deveria ser um assunto encerrado? Não, o que constatam muitos estudiosos é que a abolição legal da escravidão foi sucedida por um grande esforço das elites latino-americanas em manter o mesmo nível de controle social sobre os trabalhadores:

A chamada herança colonial, antes de ser o produto de quinhentos anos de arcaísmo e atraso, como querem alguns, mostra-se claramente como fruto de um processo perverso de modernização, que reatualizou velhas estruturas, dando-lhes novo vigor.

Os movimentos revolucionários e os experimentos autoritário-reformistas, que, nas décadas de 1920 e 1930 , explodem por toda a América Latina são, largamente, frutos de tal processo perverso de modernização. (LINHARES e SILVA, 1999, p. 65).

Inúmeros são os registros da situação de profunda exploração e opressão que perdurou, e ainda perdura, nas relações trabalhistas no Brasil. Para usar uma expressão muito comum nos tempos atuais; as elites latifundiárias ocupadas em “curar seus males”, com a extinção do “remédio” escravidão, tomaram a iniciativa de fomentar os seus trabalhadores “genéricos”, que mudando a aparência mantinham as propriedades “medicamentosas” dos anteriores.

Nossa incursão interdisciplinar se inicia pelos trabalhos de geografia humana de abordagem cultural de Monteiro (2002), que ao analisar o conteúdo geográfico da obra “vidas secas” (1938) de Graciliano Ramos, romance que retrata nossa realidade social cinqüenta anos após a abolição da escravatura, destaca dois elementos da nova forma de controle sobre o trabalho: uma “dívida”...

Quando advém a seca seguinte àquela que os trouxera, a atual fazenda não é apenas a seca, mas os males desta, acrescidos àqueles da ‘dívida’ para com o atual patrão, que o impelirá para diante e, desta vez, para além daquele limite:

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Mas quando a fazenda se despovoou, viu que tudo estava perdido, combinou a viagem com a mulher, matou o bezerro morrinheiro que possuíam, largou-se com a família, sem se despedir do amo. Não poderia nunca liquidar aquela dívida exagerada. Só lhe restava jogar-se ao mundo, como negro fugido (p. 116).

A terra seca não é a total responsável pela secura da vida dos sertanejos. Há um poderoso vínculo entre eles,... (Monteiro, 2002, p. 74).

Monteiro destaca também, a condição de marginalidade econômica e social:

O problema racial – bem ao contrário daquela conotação em O Cortiço – aqui não existe. Fabiano é claro de olhos azuis, arruivado e se sente um ‘cabra’, um ‘negro fugido’, por obra de sua marginalidade econômica e social. Todo o seu questionamento sobre ser um homem ou ser um bicho advém da condição social e não da influência do meio físico. (Monteiro, 2002, p. 75).

Essa referência à “dívida” como um dos elementos do drama dos sertanejos em *Vidas secas* nos sugere que a subordinação social por dívida, o que leva à condição similar à de escravidão por dívida, não é uma novidade histórica. Mais que isso, as condições econômicas e sociais que a viabilizam não é de hoje que se encontram presentes na realidade social de nosso país.

A essa análise de Monteiro podemos ainda acrescentar que quando Graciliano Ramos exprime a forma pela qual se encara a saída de Fabiano da fazenda “jogar-se ao mundo, como negro fugido” nos revela o paralelismo possível e compreensível entre a condição do trabalhador sertanejo da década de 1930 com a condição do trabalhador meio século antes, ou seja, a condição escrava personificada pela memória nacional na figura do negro. Já que entre nós a etnia negra findou “colada” a essa forma de extração de sobre-trabalho, hoje, nesse tocante, requalificada por incorporar sem distinção étnica todos a sua perversa esfera de controle.

Ainda sobre esse período Linhares e Silva (1999, P. 81-82) esclarecem que, apesar das condições acima descritas, a abolição permitiu uma ampla mobilidade aos trabalhadores que saindo em busca de melhores condições ou fugindo das adversidades naturais potencializadas pelo monopólio da terra, como a seca, ameaçavam o latifúndio com a falta de mão-de-obra. Segundo aqueles autores a reclamação comum dos

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

latifundistas sobre essa falta de braços para o serviço revela uma “busca frenética por uma completa sujeição do trabalhador rural ao latifundiário”.

Procurando exprimir o quadro geral os dois historiadores sintetizam o período em quatro elementos: Mobilidade geográfica e rigidez social, adversidades naturais e injustiças sociais. Tomando esse estado de coisas como referencial não nos espanta observar duas coisas: primeiro que tendo sido abolida a escravidão somente um único artigo de lei tenha sido criado para punir sua prática ou práticas similares; segundo, que esse único artigo seja impreciso e vago além de risível na pena que estabelece para esse crime de escravização (de 3 a 4 anos de reclusão), o artigo 149 do código penal de 1890². Porém sobre isso nos deteremos de forma mais exaustiva em outra oportunidade.

Mas, esse período de nossa história ainda nos conduz a um distanciamento temporal apreciável e a uma sociedade marcadamente agrária e recém saída dos marcos nefastos do sistema colonial-escravista. Devemos então nos referir a um período mais recente e a uma realidade social contemporânea que incorpore todos os elementos próprios do processo de expansão do capitalismo. Passemos então a refletir sobre o pós-30 acompanhando o processo de industrialização e urbanização do país. Utilizaremos a análise de Oliveira (1972) para realizarmos essa trajetória.

O primeiro elemento que podemos extrair de Oliveira encontramos na compreensão que ele tem das transformações das bases de nossa economia:

A solução do chamado ‘problema agrário’ nos anos da ‘passagem’ da economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial é um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista. Ela é um complexo de soluções, cujas vertentes se apóiam no enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado construindo a infra-estrutura, principalmente a rede rodoviária. Ela é um complexo de soluções cujo denominador comum reside na permanente expansão horizontal da ocupação com baixíssimos

² A Lei de Plagium é bem anterior a essa data, existia como parte da constituição do império e das ordenações filipinas sendo que sua origem se encontra no direito romano, mas nesses casos citados a escravidão era legal, sendo a Lei de Plagium aplicável a quem submetesse à condição escrava pessoas que pertencessem a categoria de homens livres ou libertos. Mais detalhes ver: CUNHA, S. E. ATUALIDADE DO PLAGIUM: Redução à condição análoga à de escravo. Rio de Janeiro: EMERJ, 1995.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

coeficientes de capitalização prévia: numa palavra, opera como uma sorte de 'acumulação primitiva'. (OLIVEIRA, 1972, p. 43)

Oliveira vai chamar a atenção para a necessidade de redefinição desse conceito, primeiro porque nesse caso se expropria excedente e não propriedade e segundo porque a acumulação primitiva não seria apenas genética, mas também estrutural nesse capitalismo periférico. Para o que nos interessa aqui o aspecto mais relevante das reflexões do economista é de como essas ocupações “com baixíssimos coeficientes de capitalização prévia” serviram (e para nós ainda continua servindo) ao processo de expansão capitalista no Brasil. Segundo esse autor o proletariado rural se forma sem o estatuto de proletariado (sem legislação trabalhista ou previdência) e a manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e logo do nível de vida desses trabalhadores. Novamente observamos a condição de marginalização econômica e social indicada em Monteiro, entretanto, agora cumprindo um papel importante no processo de industrialização e urbanização do país:

A manutenção, ampliação e combinação do padrão 'primitivo' com novas relações de produção no setor agropecuário [...] permitiram um extraordinário crescimento industrial e dos serviços, para o qual contribuíram de duas formas: em primeiro lugar, fornecendo [...] o 'exército de reserva' das cidades [...] que ampliou as possibilidades da acumulação industrial [...]. Em segundo lugar, fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho rural, combinaram esse elemento com o próprio volume da oferta de força de trabalho urbana, para rebaixar o preço desta. (OLIVEIRA, 1972, p. 46).

Essa relação íntima entre agricultura e indústria como faces de um mesmo processo é que levará nosso autor a desautorizar modelos duais de interpretação da realidade brasileira, como se existissem setores “atrasados” e “modernos”, ou seja, como se agricultura e indústria (pelos diferentes níveis de produtividade) estivessem em tempos distintos e até opostos. Nada disso, ambos os setores vivem, por meio de uma integração dialética, o mesmo tempo; o tempo da acumulação global da economia no Brasil do pós-30. A desigualdade gritante, porém combinada, de que se reveste esse processo é fruto da situação de se contar com uma base capitalística de acumulação pobre para sustentar, tanto a expansão industrial, como a alteração das bases da economia. Mas, a originalidade de toda essa trama Oliveira encontra no duplo

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

elemento que se impõe como necessário as vistas da transição radical da dependência da realização da acumulação no setor externo, para situação em que o setor interno se torna o ponto crítico de sua própria realização, permanência e expansão:

A originalidade consistiria talvez em dizer que (...) a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. (OLIVEIRA, 1972, p. 60, grifo nosso).

Essa originalidade que este autor encontra no processo de “transição radical”, a manutenção de padrões “primitivos” combinada com inovações e vice-versa, dos pós-anos 1930 e que se conclui no final dos anos 70 e início dos anos 80, nos parecem seguir presente mesmo já tendo esgotado essa transição! Não seria essa originalidade própria não dessa transição, mas de elementos ainda intocados da estrutura social brasileira? Oliveira ainda conclui, na mesma página, que o “sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder”, se assim o foi não se constituíram então, mais ainda que no pré-anos 1930, condições de marginalização econômica e social? Essas condições “ótimas” de marginalização econômica e social não seriam elas mesmas os instrumentos que garantiriam à parcela da elite atual o mesmo nível de controle social de outrora sobre os trabalhadores? Como na virada do século essa marginalização econômica e social têm se colocado ?

A atualidade da escravidão no Brasil na virada do século XX para o XXI:

discussões preliminares.

Essa indução econômica a disponibilização de sua força de trabalho a custos baixíssimos, a que ficam expostos os trabalhadores num momento histórico de grande salto tecnológico e gerencial do capitalismo, onde diversas atividades humanas (como a ciência, a cultura, os serviços, a saúde, os autônomos, etc) passam à esfera da subsunção real ao capital, nos colocam um grande desafio teórico: o de compreendermos porque,

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

passado um século de maturação capitalista onde se generalizou o trabalho livre sob a forma do assalariamento, ainda convivemos com o fenômeno da multiplicação de mecanismos tomados como “típicos” do processo de “acumulação primitiva” (como se a subsunção formal do trabalho ao capital fosse uma “etapa” para se chegar à condição de subsunção real). Talvez Rosa Luxemburg numa de suas brilhantes intuições nos tenha deixado um sugestivo caminho de investigação:

O capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo. Uma vez que de fato e em sua maioria estas se encontram ligadas às formas de produção pré-capitalistas – que constituem o meio histórico de acumulação do capital –, daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades. Em si, a produção capitalista já estaria bem servida pelas plantações de borracha de cunho capitalista, como, por exemplo, as que se estabeleceram na Índia. Mas o domínio efetivo das relações sociais não-capitalistas dos países em que se estabelecem esses ramos da produção provocam no capital a tendência de trazer à sua tutela todos esses países e sociedades, em que, além do mais, as relações primitivas permitem intervenção mais rápida e violenta da acumulação que a imaginável em condições sociais puramente capitalistas.
[...]

De uma ou de outra forma, enquanto processo histórico, a acumulação de capital depende, sob todos os seus aspectos, das camadas e sociedades não-capitalistas. (LUXEMBURG, 1985. p. 251)

A expressão “não-capitalista” é passível de questionamento uma vez que servindo a uma lógica de acumulação capitalista as formas tradicionais de exploração passam por um processo de requalificação que as transformam em capitalistas e mesmo que alguns traços tradicionais permaneçam, permanecem dentro dos limites que as relações capitalistas vigentes possibilitam, seja como “auto-exploração” camponesa³, seja como escravização por dívida. Nesse sentido não existiria acumulação capitalista “pura”, a acumulação capitalista é sempre historicamente produzida a partir das condições objetivas e subjetivas que a viabilizem nessa ou naquela sociedade, nessa ou naquela circunstância concreta. Onde essas circunstâncias concretas permitirem uma “intervenção mais rápida e violenta da acumulação” ela se processará como efeito da

³ ver Ribeiro, Ana Maria Motta. Uma explicação teórica sobre unidades de produção camponesa e capitalismo. Texto do observatório fundiário fluminense/dep. Sociologia da UFF. Xerox própria. In passim.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

dinâmica propriamente capitalista de acumulação. Por isso adotamos a expressão escravidão capitalista contemporânea como forma de identificar esse fenômeno dentro dos marcos que o tornaram possível.

Esse é um primeiro ponto que a partir de Rosa Luxemburgo podemos colocar, que o capitalismo não só convive com diferentes formas de exploração e apropriação do trabalhador, como para além as incorpora a sua lógica alterando sua natureza e transformando-as em sua essência, mesmo que na aparência possam sugerir “sobrevivências” ou “resquícios” de um passado em extinção. Pelo contrário, essas formas longe de estarem em extinção se encontram em franco processo de proliferação e requalificação sob a ação estimulante do capital. Esse processo que garante ao capitalismo toda essa plasticidade Karl Marx já havia identificado e nomeado como a “subsunção formal” do trabalho ao capital (MARX, K., 1985, *passim*). O capitalismo é, em função disso, polimorfo. Entretanto se o capitalismo é polimorfo ele não é igualmente polimorfo em todas as situações. Essa polimorfia possui diferentes graus de aprofundamento. O capital é desigualmente polimorfo. Sobre isso recorreremos a mais uma passagem de Rosa.

Do ponto de vista da produção capitalista o mercado interno é mercado capitalista uma vez que essa produção é consumidora de seus próprios produtos e fonte geradora de seus próprios produtos e fonte geradora de seus próprios elementos de produção. Mercado externo é para o capital o meio social não-capitalista que absorve seus produtos e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho. Desse ponto de vista econômico, a Alemanha e a Inglaterra constituem, em sua troca recíproca, uma para a outra, mercados capitalistas internos, enquanto as trocas entre a indústria alemã e seus consumidores ou produtores camponeses alemães representam, para o capital alemão, relações de mercado externo. No intercâmbio capitalista interno pode-se, no melhor dos casos, realizar apenas partes determinadas do produto social total: o capital constante utilizado, o capital variável e a parte consumida da mais-valia. Em contrapartida, a parte da mais-valia que é destinada à capitalização tem de ser realizada “externamente”. Apesar de a capitalização da mais-valia ser o objetivo específico e a mola propulsora da produção, a renovação dos capitais constante e variável (assim como da parte consumível da mais-valia) constitui, por outro lado, a base ampla e pré-condição da produção. (LUXEMBURG, 1985. p. 251)

As relações em que aqui nos detemos fariam parte desse “mercado externo” menos dinâmico, mas necessário à própria lógica do capital. Poder-se-ia, porém ainda alegar que Luxemburg estava refletindo acerca a acumulação capitalista da virada do século XIX ao XX a partir da Europa e que o capitalismo hoje, especialmente nas condições brasileiras, passa por modificações profundas que Rosa não alcançou, nem vislumbrou e que, portanto essa sua análise encontraria limites por conta desse distanciamento temporal e espacial. Porém, a leitura de estudiosos contemporâneos demonstra que aquela leitura etapista criticada por Rosa também não tem recebido contemporânea

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

comprovação histórica; pelo contrário nossa realidade social tem servido a interpretações bem mais ricas e complexas da relação entre as subsunções real e formal e entre a mais valia absoluta e relativa:

Dois movimentos parecem ocorrer simultaneamente: a incorporação de imensas áreas de atividade laboral ao capital (em sua dupla forma, subsunção formal e real) e a expropriação de uma série de elementos – que fossem resquícios anteriores, quer resultassem de conquistas do conjunto dos trabalhadores – que impediam ou obstaculizavam a plena dissolução do conjunto da mão de obra como ‘trabalho a serviço do capital’, qualquer que seja a forma sob a qual se exerça agora o trabalho.

Estou sugerindo que a dominação da subsunção real (da mais-valia relativa) mantém, reconfigura e atualiza o seu momento anterior, isto é, a generalização da subsunção formal do trabalho no capital, similar aos períodos precedentes, porém doravante como novo patamar acumulativo, como forma renovada de expropriação, uma vez esgotadas, sobretudo no âmbito dos países centrais (mas não apenas ali), suas modalidades clássicas.

Aumenta a massa de trabalhadores expropriados de direitos – sobretudo civis e sociais, mas também políticos – que, em parte, foram herdados de momentos históricos precedentes e, em sua maior parte, resultaram de conquistas realizadas pelos trabalhadores ao longo do próprio capitalismo. Porém, a expropriação mais significativa parece ser a do contrato de trabalho, ou a da forma do assalariamento como condição sine qua non de extração da mais-valia relativa. Produz-se uma massa de trabalhadores disponíveis, utilizáveis a qualquer momento, cuja concorrência entre si torna-se incessante, uma vez que se encontram sob o controle e hegemonia do capital ainda que estejam fora dos vínculos empregatícios diretos. Mais ainda, cuja alienação à potência do capital se amplifica – e não se reduz – apesar da não inserção direta de tais trabalhadores no processo de trabalho conduzido diretamente sob o controle do capital. (FONTES, p. 14)

Recentemente Kevin Bales, pesquisador da universidade da Califórnia e presidente da ONG free the slaves, publicou um trabalho (disposable people: new slavery in the global economy. University of califórnia press, 2000) em que afirma que as duas principais características que diferenciam os escravos atuais dos escravos do período colonial nas Américas é que os atuais escravizados são muito mais baratos e descartáveis que aqueles anteriores. Segundo a pesquisa de Bales é mais fácil escravizar um ser humano hoje em dia do que já foi em outras épocas quando a prática era considerada lícita e legal. No site da Free the Slaves no tópico slavery today podemos ler a seguinte descrição comparativa das duas situações históricas:

New slavery (...). An average slave in the American South in 1850 cost the equivalent of \$40,000 in today’s money; today a slave costs an average of \$90. In 1850 it was difficult to capture a slave and then transport them to the US. Today, millions of economically and socially vulnerable people around

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

the world are potential slaves. This “supply” makes slaves today cheaper than they have ever been. Since they are so cheap, slaves are no longer a major investment worth maintaining. (BALES, slavery today, 2006. Disponível em: < <http://www.freetheslaves.net/slavery/> > , Acesso em: 20 de março de 2006.)

A dependência é o pré-requisito de toda escravização, antes ela precisava ser produzida por meio de guerras e de captura violenta, porém nos dias correntes essa dependência é produzida econômica e socialmente por inúmeras mediações invisíveis, imprevisíveis e dissimuladas a tal ponto que, muitas vezes, as próprias vítimas da escravização não assim se reconhecem. No mundo da “liberdade” capitalista famílias que passam privações econômicas extremas podem “livremente” estabelecer acordos com representantes (“gatos”) de poderosos donos de usinas de cana, donos de carvoaria, etc; se esses acordos incorporam “dívidas” impagáveis (sim porque os escravos contemporâneos assumem as despesas de deslocamento e de hospedagem, dentre outras) trata-se de uma “escolha” por não se envolver em tais contratos e permanecer no seu local de origem remoendo-se em sua situação de miséria. Em muitos casos os trabalhadores se obrigam a se afastar do seu lugar de origem, dos seus familiares e conhecidos e, por fim, de seus documentos. Apartados de todos esses vínculos sociais, conhecem então seus novos vínculos sociais: a “dívida moral”, a vigilância, a ameaça e/ou a violência física dos capangas do patrão, agora senhor de seu trabalho, de sua vida e de seu destino.

A reincidência de alguns trabalhadores à condição da escravização capitalista contemporânea nos demonstra, além do grau de vulnerabilidade, a força implacável que a indução econômica possui. Os trabalhadores são colocados numa situação limite, a de se disporem a arriscar perder totalmente a liberdade em troca de uma esperança fugaz de obter um recurso mínimo que lhes garanta a sobrevivência mais elementar. O gato, o dono do transporte, o dono do hotelzinho local, o mercadinho local que abastece a fazenda, o dono da empreiteira e o particular ou a empresa nacional ou multinacional proprietária do imóvel, todos se beneficiam dessa “disponibilidade” forçada do trabalhador. Esse organizado circuito com seus aliciadores, distribuidores, gerentes e consumidores compõem a rede de um inusitado mercado que demanda essa forma

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

específica de mão-de-obra, de mercadoria. Imerso na barbárie capitalista dessa virada de século, o trabalhador não vislumbra para a liberdade de ir e vir grande “valor de uso”.

Essa indução econômica extrema do trabalhador à submissão e à exploração que a lógica da acumulação capitalista tem produzido nessa virada do século XX para o XXI nos faz crer que a escravidão não é uma forma, nem pontual e nem passageira, de extração do sobretrabalho. A polimorfia do capitalismo talvez ainda não tenha se esgotado, ou pior, talvez estejamos vivenciando os seus primeiros ensaios. O bloco histórico, em meio ao qual as formas “clássicas” de exploração do trabalho conheceram, sob diferentes aspectos (jornada de trabalho, aposentadoria, leis trabalhistas, etc), importantes conquistas da perspectiva dos trabalhadores, se encontra num momento de profunda reconstituição. As condições objetivas e subjetivas que permitiram a existência e a maturação daquelas formas “clássicas” de exploração capitalista do trabalho se desmancham no ar em função da correlação de forças e das relações de poder em jogo que se transformam.

A crise do capitalismo e a queda do “socialismo real” nos colocaram, nesse início de século, num ambiente social de profundas incertezas e imensos desafios criativos. Dentro desse nevoeiro multiplicam-se interpretações contraditórias e dispersivas da realidade a tal ponto que se chega a postular a inexistência ou a inacessibilidade da realidade, quando é exatamente o inverso que ocorre, a realidade por se encontrar num momento de profunda contraditória e dispersão não pode ser claramente lida a partir dos conceitos que serviram para interpretar o bloco histórico hora em dissolução. Sobre essa ambigüidade lingüística e a crueza a que chegou o imperialismo capitalista de nossos dias, muitos autores já se têm pronunciado, cito aqui um deles:

[...] a guerra social promete assumir proporções inéditas, sem, no entanto, oferecer garantias que trará consigo a chave superadora de uma eventual recaída na barbárie. A guerra das palavras não poderia ser uma exceção. O derretimento semântico que a caracteriza (...) demonstra finalmente que, na cena geocultural, não há mais um discurso dominante comum. E por isso mesmo (vale a insistência) parecem dizer a mesma coisa numa pastosa língua geral (...) normativa que vai sancionando o sombrio esfarinamento da legitimidade progressista da civilização capitalista. Que afinal se apresenta tal qual é e no fundo sempre foi: um absurdo processo de acumulação de capital para se acumular mais capital. (Arantes, 2004, p. 188-189)

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Uma das trincheiras dessa “guerra social” tem sido acompanhada desde 1994 pelos relatórios da CPT no Brasil, onde crescentemente as denúncias de escravização se manifestam a nível nacional, crescimento que se soma aos dos relatórios de organismos internacionais de monitoramento que também revelam esse aumento de casos de denúncia de escravidão a nível internacional⁴.

Ao longo desse breve resgate histórico procurei demonstrar que o processo de acumulação capitalista à medida que se aguçou, e se viu livre do confronto com o anti-sistema soviético, desdobrou-se em novas condições sociais de autoreprodução tornando possíveis novos regimes de exploração do trabalho, incluso aí regimes de trabalho compulsório, ou seja, do aprofundamento da lógica de acumulação capitalista surge historicamente a escravidão capitalista contemporânea.

Falar em escravidão moderna ou escravidão contemporânea como comumente se tem feito é reduzir o fenômeno a sua temporalidade como se o sistema que o engendra não fosse, de fato, a fator explicativo de sua existência. Enquanto se aprofundarem as condições capitalistas de acumulação o fenômeno da escravidão persistirá apesar dos esforços bem intencionados de se criar uma legislação mais clara e agressiva, bem como uma fiscalização mais efetiva de combate ao trabalho escravo e similares. Ser um abolicionista hoje, exige bem mais que lutar pela liberdade de escolher um patrão, exige lutar por eliminar todos os elementos da estrutura social que estabelecem um nível de controle sobre o trabalho que limitam a dimensão da liberdade a um pálido e esqualido “direito de ir e vir” de um patrão a outro, de uma incerteza a outra. Mas quando até essa mobilidade espacial se encontra sendo crescentemente ameaçada, mesmo que ainda marginalmente, é nosso dever enquanto cientistas sociais arregaçar as mangas e se questionar: Por quê?

Em 2001, numa entrevista concedida a revista *Ciência Hoje*, José de Souza Martins assim nos desenhava o quadro mundial da escravidão moderna:

⁴ “Pese a la generalizada opinión contrária, la esclavitud em sus distintas formas sigue siendo corriente cuando el mundo inicia un nuevo milênio. [...] ... han surgido varias prácticas de tipo esclavista. Em el último decênio, hubo propuestas a ampliar aún más la gama de las formas contemporâneas de la esclavitud ...” (Weissbrodt, 2002, p. 63)

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Com a globalização e o desenvolvimento tecnológico acelerado em alguns setores e alguns países em detrimento de outros, promove-se uma desvalorização generalizada do trabalho e as pessoas não conseguem sobreviver a não ser em condições de extrema degradação. Na Índia, na Tailândia, no Sri Lanka, há pais vendendo filhos, como mencionei. Na Europa está havendo muito trabalho doméstico em condições degradantes, envolvendo especialmente mulheres levadas da África por traficantes, assim como prostituição de mulheres jovens oriundas do Brasil ou da Rússia. Na Inglaterra é mais comum o trabalho doméstico; na Itália e na França, há mais escravidão sexual, prostituição; e na Alemanha, trabalho industrial. Essas pessoas são clandestinas, não têm direitos, ficam com medo de denunciar, porque correm o risco de ser deportadas e voltar em condições ainda piores para o seu país. Na China, na área em que estão acontecendo uma industrialização e uma aproximação com os países capitalistas há muita gente trabalhando em condições subumanas, vivendo na rua ou embaixo de pontes. Houve denúncias formalizadas a respeito da antiga União Soviética: trabalho infantil e escravo nos Urais. No Sudão, os muçulmanos estão usando na guerra crianças negras capturadas e convertidas em soldados. (MARTINS, 2001, p.).

Diante de um painel tão vasto e diverso de situações de coação e exploração extremas vinculadas a privação da liberdade e mesmo de redução a condição de mercadoria “strito senso”, como identificar a mediações que estabelecem vínculos entre essas distantes e distintas expressões de violência com a condição humana? Que instrumentos conceituais a geografia poderia nos oferecer para pensar essa relação entre espaço e poder?

Mobilidade espacial e poder: um diálogo com a geografia.

Aproveito aqui as reflexões de Raffestin (1993) para apresentar uma distinção, e seus desdobramentos, cara a geografia contemporânea e que suscito e suscita polêmicas entre os profissionais da geografia. A distinção entre espaço e território:

Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 144)

Eis um primeiro caminho que a geografia nos disponibiliza para lidar com a relação poder/espaço; o conceito de território. Raffestin afina esse conceito a seu modo

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

dialogando, a partir de sua matriz materialista dialética, com a semiótica. O resultado desse diálogo é uma compreensão complexa, processual e relacional do conceito de território:

Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

Todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro, supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos. É por esses sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais. [...] Os limites do espaço são os do sistema sêmico mobilizado para representá-lo. [...] Mas o próprio sistema sêmico é marcado por toda uma infra-estrutura, pelas forças de trabalho e pelas relações de produção, em suma, pelos modos de produção. (RAFFESTIN, 1993, p. 144)

Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura, nó e rede. É interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação. (p.150)

Dessa reflexão complexa, processual e relacional do conceito de território derivam então outros conceitos que compõem um sistema no qual as relações de poder se originam por assegurarem o controle do que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Esses conceitos são; Tessitura ou malha, nó ou ponto e rede. Vejamos como Raffestin define cada um deles:

“[...] toda tessitura implica a noção de limite. [...] Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço.” (RAFFESTIN, 1993, p. 153)

Essas malhas não são homogêneas nem uniformes. Acolhem, além da população, evidentemente, outros elementos que revelam a organização territorial, ou seja, os pontos ou as nodosidades territoriais ou, ainda, aquilo que se chama de marco. Nesses conjuntos de pontos, que também são localizações e que reagrupam indivíduos ou grupos, se elabora toda a existência, quer se trate de aldeias, cidades, capitais ou metrópoles gigantes. [...]Os pontos simbolizam a posição dos atores. (RAFFESTIN, 1993, p. 156)

Mas esses atores não se opõem; agem e, em consequência, procuram manter relações, [...] e, assim, criar redes entre eles. Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. [...] A idéia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação mas, por natureza, a rede que desenha os limites e as fronteiras não assegura a comunicação. É uma rede de disjunção. Mas mesmo uma rede de comunicações pode, a um só tempo, assegurar aquilo para o que foi concebida e impedir outras comunicações. Quantas cidades foram cortadas em duas, seccionadas por redes de comunicação rodoviárias ou ferroviárias! (RAFFESTIN, 1993, p. 156)

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Esse conjunto de conceitos hoje tão usuais entre os geógrafos é ignorado por muitos historiadores e, articulados com outros elementos do processo histórico, podem nos ser úteis para lidar com inúmeras questões que envolvem a duração ou a temporalidade da vivência de relações de poder/espço. Dentre essas relações de poder/espço as situações de privação da liberdade de mobilidade espacial comumente chamada de escravidão contemporânea. Vejamos como Raffestin nos disponibiliza alguns sinais sobre essa articulação entre poder e espço/tempo:

Mas a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espço-tempo [...] Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distinções, ruptura e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir. [...] A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a 'face vivida' da 'face agida' do poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 161-162)

Outro profissional da geografia que se tem dedicado ao estudo da questão do poder é Iná Elias de Castro. A partir da análise de inúmeros autores que conceituaram "poder" Castro nos propõe a seguinte síntese; "[...] o poder é uma forma de impor uma vontade à parte mais fraca de uma relação, mediante a possibilidade de aplicar sanções que são aceitas como estratégia de espera por esta parte mais fraca [...]." (CASTRO, 2005, p. 101).

Castro ainda propõe uma tipologia das formas elementares do poder: 1) O poder despótico, motivado pelo medo e tendo como instrumento a coerção pela força e que "tem pouco poder porque não se fundamenta na vontade do outro e por isso encontra-se sujeito à possibilidade de uma escolha trágica que o anula." (CASTRO, 2005, P. 102); 2) o poder da autoridade, motivado por visar o bem daquele sobre quem ele se exerce e tem por instrumento o reconhecimento de uma superioridade de valores ou funções daquele que exerce esse poder e 3) o poder político, motivado pela necessidade de alcançar o bem comum e tendo como instrumento um consentimento coletivo mínimo que justifica o exercício tanto da coerção como da autoridade.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Essa forma de classificar tipologicamente o poder pode facilitar a compreensão das diferentes relações por que se processa o fenômeno da escravidão contemporânea, uma vez que em uma série de situações as vítimas de escravização se submetem inicialmente de forma voluntária, uma vez que se sentem moralmente subordinadas a seu explorador em função da “dívida” – poder da autoridade (moral) -, podendo (ou não) posteriormente resistir e serem vítimas da coerção ou ameaça física – poder despótico- ou, quando ainda submetidos por vontade própria, se vêem obrigados pela polícia federal e/ou pelos fiscais do ministério do trabalho a romper com o “acordo da dívida” para acatar a lei.

Essas três situações possíveis escondem inúmeras contradições e matizes que tornam a questão da identidade muito fluida. Stuart Hall se debruçando sobre a questão da identidade na pós-modernidade afirma “uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida.[...] Esse processo é [...] uma mudança de política de identidade (de classe) para uma política de diferença”.(HALL, 1997, p. 22)

De um ponto de vista mais amplo das relações de poder e espaço no contexto do processo de acumulação capitalistas também encontramos contribuições de nossos colegas da geografia. David Harvey nos coloca que as diferentes e desiguais dinâmicas do capital produzem uma territorialidade que ignora fronteiras nacionais e culturais. Para Harvey o capital constrói o tempo e o espaço a partir das necessidades contingenciais da concorrência que engendra. Ele chama a essa dinâmica territorial do capital de acumulação por despossessão (dispossession) ou rearranjo espaciotemporal.

A idéia básica de rearranjo espaciotemporal é bastante simples. Sobreacumulação, em um dado sistema territorial, significa uma condição de excedentes de trabalho (crescente desemprego) e excedentes de capital (registrados por uma inundação de mercadorias [commodities] no mercado que não podem ser dissolvidas sem perda; por capacidade produtiva ociosa; e/ou por excedentes de capital monetário carentes de oportunidades para investimento produtivo e lucrativo). Tais excedentes podem ser absorvidos por: a) deslocamento temporal, mediante investimentos em projetos de capital de longo prazo ou gastos sociais (como educação e pesquisa), que adiam para

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

um futuro distante a reentrada na circulação dos atuais excessos de valores de capital; b) deslocamentos espaciais, por meio de abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outras regiões; ou c) alguma combinação de (a) e (b).

(HARVEY, 2005, p.35)

Segundo este autor o deslocamento espaciotemporal tem cumprido um papel importante para estabilizar e desestabilizar o capitalismo e tem servido como uma solução das crises capitalistas por adiamento temporal e expansão geográfica. No caso específico da exportação de capital e de trabalho enviados para movimentar nova acumulação de capital em outro território temos duas situações contraditórias: 1) Como, se chegar a haver, um amadurecimento do capitalismo nos novos territórios pode levar muitos anos o país que fez a exportação pode se beneficiar desse artifício de forma considerável (situação da Inglaterra no século XIX em relação a EUA, África do sul, Canadá e Austrália); 2) porém, esses novos territórios dinâmicos de acumulação acabam por gerar seus próprios excedentes e portanto sua própria necessidade de realizar rearranjos espaciotemporais. Harvey observa que essa passagem de território receptor para exportador tem sido cada vez mais rápida, ou seja, o desenvolvimento capitalista nos territórios receptores tem se dado num tempo cada vez mais curto alcançando mais rapidamente o ponto de se transbordar em novos rearranjos espaciotemporais (Japão, Coréia, Taiwan e, mais recente e surpreendentemente, a China). A constatação sumária que tira nosso geógrafo desse processo é a seguinte:

O capital necessariamente cria em determinado momento uma paisagem física à sua própria imagem, de forma que, num segundo momento, a destrói conforme sua necessidade constante de novas expansões geográficas e deslocamentos temporais como soluções para as crises de sobreacumulação às quais é regularmente propenso. Assim é a história de destruição criativa (com toda espécie de conseqüências sociais e ambientais deletérias) escrita na evolução da paisagem física e social do capitalismo.(HARVEY, 2005, pág. 37)

Dentre as conseqüências sociais deletérias desse processo podemos incluir o desemprego e a proliferação de diversas e diferentes relações informais de trabalho que

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

talvez fossem mais bem categorizadas como “formas de sobrevivência”, no sentido mais estrito do termo “sobrevivência”, a manutenção física basicamente. Instala-se a mais cruel e perversa restrição estrutural da liberdade, que fica assim reduzida à limitada dimensão da mobilidade espacial.

È dentro desses marcos que o conceito de trabalho livre irá se impor a muitos trabalhadores como identidade e é também a partir desse patamar que comumente se define o trabalhador escravo como aquele que perdeu sua liberdade de ir e vir, de se mobilizar no espaço. Situações de humilhação ou exploração do trabalho que não envolvam essa dimensão da privação do direito de se mover no espaço (referida simplesmente como ‘liberdade’) são categorizadas como situações de degradação e não de escravização.

Mobilidade espacial, territorialidade/desterritorialidade e identidade.

A confluência entre os conceitos de mobilidade espacial e identidade nos remete a alguns geógrafos que se detiveram ao tema a partir do conceito de “territorialidade”.

Ribeiro e Matos (2002) no seu trabalho sobre os “territórios da prostituição” articulam de forma original alguns autores de marcos teóricos bem distintos procurando superar as diferenças de enfoque e de abordagem e propondo lê-las como diferentes aspectos (“práticas sociais”) de um mesmo movimento que é a territorialidade. Por um lado, tomam as concepções semelhantes e complementares de Sack (1986), Soja (1993) e Raffestin (1993) que apontam para uma concepção de território visto como a manifestação de relações de poder baseadas no controle ou domínio politicamente estruturado de um espaço. Por outro lado, tomam de Tuan (1980) a concepção de território como apropriação simbólica, identitária e afetiva. Como tinham de lidar com um fenômeno que envolvia sexualidade, sensualidade, disputa e poder no controle do espaço assumiram uma posição particular e afirmaram a territorialidade tanto como apropriação simbólica quanto como controle politicamente estruturado do espaço, o território seria a manifestação geográfica dessa territorialidade.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

A originalidade da postura de Ribeiro e Matos está exatamente em articular diferentes concepções teóricas sem reduzi-las uma a outra, mas pelo contrário potencializando-as em suas capacidades explicativas de apropriação complexa de uma realidade complexa. É um exemplo de que é possível articular diferentes leituras da realidade de forma coerente sem cair em ecletismos.

Haesbaert (2002) para discutir território vai confrontar concepções de território que se diferenciam a partir da disposição teórica que diferentes autores delegam ao conceito de “rede”. A partir desse critério o autor nos apresenta três grandes perspectivas: 1) Território e rede como categorias distintas que se opõem (Castells, 1996; Badie, 1996; Berque, 1982 e Lévy 1993); 2) rede como um dos elementos constituintes do território, podendo tanto reforçar quanto enfraquecer a noção de “estado nação” (Raffestin, 1988) e 3) rede como categoria subordinada a de território que se confundiria com espaço geográfico.

Haesbaert se situa na perspectiva que nos indica uma reconfiguração territorial como forma de dar conta do fenômeno da globalização. Seu caminho argumentativo para a apresentação de sua concepção de desterritorialidade segue uma análise indutiva partindo do aprofundamento de duas visões distintas daquele conceito: a da debilitação das bases materiais na dinâmica social, desterritorialização “oculta” ou “superior” (internautas); e a da inacessibilidade tanto às dimensões imateriais como as materiais do espaço, desterritorialização “de baixo” ou “inferior” (sem-terras e indígenas).

Este autor nos chama a atenção para o fato de que vivemos nessa territorialidade reconfigurada, por ser multi-escalar e radial, portanto não ter acesso integral a todas essas facetas (materiais e imateriais) do fenômeno da globalização é estar desterritorializado. Os escravizados estariam incluídos como desterritorializados? Sim.

Entretanto, em discussões sobre a questão do “espaço identitário” encontramos quem nos afirma que o território responde, em primeira instância, a necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade estando sua produção sustentada e atravessada pelas relações sociais daí advindas, porém, a função do território transcenderia a essa dimensão instrumental e se elevaria a de objeto de operações

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

simbólicas sendo nele que os atores projetariam suas concepções de mundo. (Almeida, 2005, *passim*).

Assim, a cultura se inscreve no território deixando marcas pela história e pelo trabalho humano, o território é descrito como uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, investido “de valores não somente materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos.” (BONNEMAISON E CAMBREZY, 1997, p.10 apud ALMEIDA, 2005, p. 109). Ao fornecer ao sujeito um campo para suas realizações existenciais, físicas e organizacionais, se pondo como o lugar de aplicação de uma estratégia identitária, o espaço ao ser investido fisicamente se torna, ao mesmo tempo, produto de um significado que substitua a ausência (MARTINS, 1997, *passim*), numa palavra se torna um território.

Identidade e território formam então um casal de “irmãos siameses”, com os quais Almeida irá trabalhar a partir de Bassand (1999), Gimenez (2000) e Castells (1999) enfatizando áqueles conceitos como construções frutos da reelaboração dos indivíduos e grupos sociais de uma série de elementos para os quais contribuem a História, a Geografia, a Biologia, instituições, a memória coletiva, fantasias pessoais, aparelhos de poder e revelações de cunho religioso.

Como frutos de reelaborações os territórios encontram suas fronteiras como tecidos de ligações que constroem a diferença (Bhabha, 2003), ás mudanças de fronteiras seguem-se então reidentificações, ressignificações e recomposições territoriais, mutações nos territórios identitários, desterritorializações. Para Almeida é na relação de alteridade que se revela a dimensão mais profunda de identidade territorial como um construto cultural que se move conforme se estabelecem relações de diversas escalas, naturezas e ordens.

Conclusão

Ao longo desse artigo procurei demonstrar a complexidade da escravização capitalista contemporânea e como o diálogo com a geografia pode nos ser útil para compreender os deslocamentos e conflitos identitários que cercam aquele fenômeno. O conflito de identidades é uma manifestação das contradições profundas em que nos

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

vemos envolvidos em meio ao processo de acumulação capitalista da virada de século, que muitos apontam como sendo os sinais do esgotamento da capacidade do capitalismo de produzir civilização se desdobrando em Barbarie (MENEGAT, 2006, passim). A mobilidade espacial dos trabalhadores, que a abolição legal da escravidão em 1888 ampliou numa escala inusitada, nos coloca a questão dos novos sentidos de territorialidade/identidade que, dentro dos limites sociais estruturalmente colocados, ao longo do século e hoje nessa virada de século os trabalhadores foram tomando em relação a si bem como os demais sujeitos do conjunto social em relação a ele.

Referências

- ALMEIDA, M. G.. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. ANPEGE. Nº 2/2005. p.103-113.
- ARANTES, P. E.. Zero à esquerda. São Paulo: Conrad livros, 2004.
- CASTRO, I. E.. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro, 2005.
- HAESBAERT, R.. Concepções de território para entender a desterritorialização. IN: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA. Território Territórios. Niterói: EDUFF, 2002. P. 17-38.
- HALL, S.. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HARVEY, D.. O “novo” imperialismo: sobre rearranjos espaciotemporais e acumulação mediante despossessão. Margem esquerda; ensaios marxistas. Maio. Nº 5. 2005.
- MARTINS, J. S.. O cativo da terra. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- MARTINS, J. S... A escravidão contemporânea. Ciência hoje. Jan-Fev. Vol. 28. Nº 168. 2001.
- MENEGAT, M.. O olho da Barbárie. São Paulo: Expressão popular, 2006.
- MONTEIRO, C. A.F.. O mapa e a trama. Ensaio sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas. Florianópolis: EDUFSC, 2002.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 1 - 2007
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

- RAFFESTIN, C.. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, A.R.; MATTOS, R.B.. território e prostituição na metrópole carioca. Rio de Janeiro: Editora ecomuseu Fluminense, 2002.
- OLIVEIRA, F.. Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco. São Paulo: boitempo editorial, 2003.
- FONTES, V.. Interrogações sobre o capitalismo na atualidade – trabalho e capital, economia e política. Xerox própria. 2005.
- FOUCAULT, M.. Microfísica do poder. São Paulo: Editora Graal, 2000.
- KARL, M.. Capítulo VI inédito de O Capital; resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1985.
- LINHARES, M. Y.; SILVA, F.C.T.. Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LUXEMBURG, R.. A acumulação do capital; contribuição ao estudo econômico do imperialismo; anticrítica. São Paulo: Nova cultural, 1985.